

Hartung pede mudança no Geres

Governador quer afastamento dos executivos que cuidam do Funres, devido à não-aplicação dos recursos

DENISE ZANDONADI

O governador Paulo Hartung fez ontem duras críticas aos representantes do Governo federal no colegiado do Grupo Executivo de Recuperação Econômica (Geres) que administra os recursos ainda existentes do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres). Ele quer a saída dos executivos, que não são capixabas. Apesar de o repasse de recursos para o fundo não existir mais, há em caixa R\$ 120 milhões.

“Esse dinheiro está lá, parado, e não é aplicado na produção. E o que eles (representantes federais) fizeram nesse um ano e dois meses de trabalho? Simplesmente sentaram em cima desse recurso”, afirmou Hartung.

Para mudar esta situação, ele voltou a enviar uma carta, ontem, para o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, solicitando novamente a troca da representação federal no Geres. “São pessoas estranhas à nossa economia, gente que está acostumada a ver rombos de dinheiro de crédito em outras regiões do país e pensa que o Espírito Santo está no mesmo nível. Hoje, este é o problema central do Funres/Geres”.

O governador fez também críticas às empresas que estão ameaçando ingressar com ação na Justiça pela não emissão dos certificados de investimento. “Afim, desde 1994 que os certificados não são emitidos e só agora, em 2004 é que as empresas tomaram conhecimento disso?”, questionou ele.

Como já havia sido dito por outros representantes do Governo estadual, não como fazer a emissão de certificados, uma vez que os três governos ante-

riores não registraram a opção de 5% do ICMS feita pelas empresas para o Funres. “Além de não haver o registro, de não ter sido feito o repasse, nenhum dos três governos fez o empenho deste dinheiro”, ressaltou.

Sem o empenho, a atual administração não pode repassar a destinação do ICMS para o funres de 1994 a 2000. “Se não há o repasse, como poderá ser feita a emissão dos certificados”? A legislação aprovada no final do ano passada prevê que os 160 milhões devidos não repassados ao Funres pela Executivo são incorporados ao Tesouro estadual.

Esta foi a forma encontrada, segundo Hartung, de regularizar a situação do sistema de incentivos, depois das medidas tomadas pelo Governo federal, em maio de 2001, com a extinção dos sistemas de incentivos, incluindo o Funres. A Medida Provisória 2.146-1

Rombo

Repases de ICMS que não foram feitos nos governos de Albuíno Azeredo, Victor Buaiz e José Ignácio Ferreira

1994 - R\$ 15.097.335,33
1995 - R\$ 22.671.777,10
1996 - R\$ 25.363.919,41
1997 - R\$ 21.665.386,61
1998 - R\$ 23.571.657,62
1999 - R\$ 23.849.652,01
2000- R\$ 27.888.275,97

Em 2001 não foi destinado ICMS para o Funres já que dia 4 de maio daquele ano o sistema de incentivo foi extinto pelo presidente Fernando Henrique Cardoso

de 4 de maio de 2001 extinguiu os incentivos, a Sudene e a Sudam e criou a Ada e Adene, agências que ficariam responsáveis por este setor.

Acontece que não foi editada legislação complementar para regulamentar as duas novas agências, o que impossibilitou que o Governo federal repasse recursos para os Estados beneficiados pelos incentivos, como estava previsto. No início do Governo Lula, decidiu-se pela recriação da Sudene, mas o projeto está parado no Congresso nacional.

Reativação

“Eu não quero acabar com o sistema de incentivo. Tanto que fiz uma proposta concreta ao Governo federal de colocar no fundo valor semelhante ao que fosse destinado pela União. Mas, até hoje nada foi repassado para nós, então, o Estado também não fez o repasse”, argumentou o governador.

A proposta do Estado, segundo ele, é para reestruturar o Funres. “Se o Governo federal topa colocar um real, e foi o que eu coloquei no documento ao presidente, eu ponho um do orçamento do Estado”, afirmou ele.

“O que nós precisamos é emprestar esse recurso que está parado. Estou pedindo mais uma vez ao Governo que refaça as suas indicações no Conselho do Geres, colocando pessoas que conheçam a nossa economia e que não queiram nos comparar a problemas que ocorreram em outras partes do país”, destacou ele.

O coordenador do Geres, Rogério Oliveira de Castro Vieira Júnior, foi procurado ontem, mas não foi encontrado para rebater as críticas do governador.



Carlos Alberto da Silva - 3/8/2003

Defesa

Paulo Hartung se defendeu em relação ao fim do Funres e disse que não teve opção

Saiba mais

SISTEMA FOI CRIADO EM 1969

FUNRES - O Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) é um tipo de incentivo criado pelo Governo federal em 1969 para estimular a geração de emprego e a atração de novos negócios. Até maio de 2001, o fundo operava com a destinação de 33% do Imposto de Renda devido pelas empresas e 5% do ICMS recolhido. Ao fazer a opção para o Funres as empresas se credenciavam para receber financiamento do fundo. Fazendo a op-

ção, elas recebiam certificados de investimento. Com ele, as empresas podiam também adquirir ações de empresas apoiadas pelo Funres.

GERES - Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo foi criado para executar a política de incentivos. Os projetos são analisados por cinco representantes do Governo federal e quatro do Governo do Estado que aprovam ou não os projetos encaminhados pelas empresas.